

Câmara Técnica de Organização Social

Memória de Reunião

12ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial - CTOS

Data: 12 e 13 de Julho de 2017

Local: Secretaria Nacional de Assistência Social: SMAS Trecho 3, Edifício The Union, Guará - Brasília/DF - 1º andar, sala de reuniões nº 2.

Participantes:

- Governo Federal: Casa Civil da Presidência da República; SNAS/MDS; Senarc/MDS;
- Governo do Espírito Santo;
- Governo de Minas Gerais;
- Município de Linhares;
- Município de Mariana;
- Município de Rio Doce;
- Defensoria Pública da União;
- Fundação Renova;
- Ernst & Young;
- Machado Meyer.

I. Pauta

Dia 12/07:

a. Informe sobre a Transição da Coordenação da CTOS

b. Informes do Município de Mariana

- Apresentação da situação das famílias e dos acompanhamentos realizados pelo município de Mariana
- Recursos humanos cedidos ao município pela Fundação Renova
- Implantação do Centro Dia para o Idoso

c. Programa de Cadastro Integrado

- Lotes do Cadastro Integrado
- Status das discussões sobre o cadastro de impactados de Mariana
- Deliberação CIF nº. 58/2017 novas áreas – posicionamento da Fundação Renova. Posicionamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (solicitação do CIF).
- Status do cadastramento dos 1.735 cadastros de demandas já localizadas
- Status não localizados
- Cronograma da segunda campanha e cronograma para o pagamento das indenizações

d. Programa de Auxílio Emergencial

- Status do pagamento

e. Programa de Proteção aos Animais

- Castração (solicitação do CIF)

Dia 13/07:

a. Auditoria Ernest Young

- Procedimentos para avaliação da base de dados do Cadastro Integrado

b. Programa de Proteção Social

- Relato sobre as Oficinas realizadas
- Informe Fundação Renova sobre consultoria e apresentação de Plano de Trabalho pela empresa contratada

c. Programa de Indenização Mediada (PIM)

- Nova proposta de “indenização simplificada” para a cadeia da pesca (Proposta de Metodologia de Indenização de Pesca)
- Plano do Programa de Indenização
- Status do PIM
- Pedido de extensão do prazo do PIM

d. Validação dos representantes da CTOS

II. Informes

A Coordenação da CTOS informou que, conforme acordado na 11ª Reunião Ordinária, em 05 de abril de 2017, a mesma passou da Casa Civil para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Assim, foram apresentados os novos membros: na qualidade de titular da Câmara está o Sr. Marco Garbelotti, assessor da Secretaria Executiva do MDS. Na qualidade de primeira suplente está a Diretora da Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), Sra. Renata Ferreira.

A Fundação Renova informou que o Sr. José Luiz Santiago é o novo líder responsável pela questão da Usina de Candonga.

III. Discussões

a. PROGRAMA DE CADASTRO INTEGRADO

Após a rodada inicial de apresentações e primeiros informes, a Fundação Renova passou a apresentar os principais pontos de avanço dos últimos dois meses.

A primeira campanha se encerrou em 29/03.

A partir de 01/04 deu-se início à segunda campanha de cadastramento ao longo do Rio Doce, exceto Mariana.

Em relação aos lotes, o 14º lote havia sido entregue na véspera da reunião. 1.735 cadastros estavam em condições de recém-localizados, sendo 1.601 elegíveis.

Com relação ao calendário de ações, a Fundação informou que os prazos têm sido cumpridos. Contudo, alguns membros da CTOS questionaram o cumprimento do que concerne ao cadastro, que está consideravelmente atrasado.

Em junho deste ano foi finalizado o cadastro de Barra Longa, com 540 cadastros.

Atualmente, mais de 14 mil cadastros foram finalizados, sendo a maior parte de comunidades pesqueiras.

As comunidades de São Mateus e Serra não tinham manifestações até 30/03.

As comunidades de Aracruz, com exceção de Pontal de Santa Cruz, vêm sendo cadastradas.

Para a segunda campanha, foi proposto um estudo socioeconômico local em Serra, São Mateus e Ponte de Santa Cruz, finalizando em agosto de 2017.

O Governo do Espírito Santo pontuou que os moradores já estão fartos de ouvir falar em cadastro. Já foram diversas tentativas e diversos vieses. Ressaltou que os moradores precisam que algo seja concretizado, pois as promessas não cumpridas prejudicam a credibilidade do Programa.

A Defensoria Pública da União (DPU) pontuou que se pode chegar a um acordo visando uma solução mútua, por meio do estabelecimento de datas em calendário, para que a população seja informada a respeito de quando o problema será de fato resolvido. Colocou-se à disposição para ajudar nos casos dos cadastros não localizados.

Em contrapartida, a Fundação Renova informou que os trabalhos já foram iniciados. A Casa Civil sugeriu que a Fundação explicitasse quais bairros e regiões foram atendidos, com a finalidade de esclarecer.

O plano da Fundação é dar continuidade aos cadastramentos que já estavam em andamento; iniciar os cadastramentos em novas regiões; iniciar os estudos para compreender de forma satisfatória o impacto em cada região; e, finalmente, entrar no cronograma da segunda campanha com o mesmo recorte/critério adotado nas outras localidades.

A Fundação complementou que, em algumas regiões, não surgiu nenhuma manifestação, o que indica que aparecerão diversas manifestações no futuro. Então, nessa segunda campanha (até 31/10), mais impactados serão contemplados.

Portanto, até 31/10 deverão ser concluídos todos os cadastros que foram abertos em 31/03.

O Governo Federal complementou que é necessário concluir, inclusive, os cadastros das novas manifestações que surgirem durante esse período. A Fundação Renova argumentou que é preciso seguir um caminho pré-definido, o que fica prejudicado se novos atores forem inseridos no processo. Contudo, não são muitas as novas manifestações.

O governo reforçou, ainda, que não é razoável esperar a terceira campanha para solucionar o que está pendente, ou seja, o que não foi apurado ou foi dado como inválido. É preciso avançar nos casos que já constam na base de dados.

A Coordenação aguardará a formalização da Fundação para informar ao CIF sobre o ocorrido. Foi pactuado o prazo de 17/07 por parte da Fundação, para que o MDS elabore a nossa Nota Técnica apresentando a solução proposta – evitando, assim, que a Fundação tenha sanções decorrentes do descumprimento do cronograma.

Com relação ao entendimento de que a Fundação Renova teria descumprido a Deliberação nº. 58, a Fundação entende que iniciar o cadastro

não é a melhor solução no cenário atual. Esse debate já foi superado, pois o CIF já deliberou.

A DPU propôs avançar para a questão dos prazos. Demais membros da CTOS reforçaram que não é necessário um estudo socioeconômico para iniciar o cadastro. Complementarmente, o município de Linhares pontuou que o próprio Cadastro já pode ser instrumento de pesquisas e de ouvir as pessoas que estão sofrendo as consequências do desastre.

A proposta da segunda campanha da Fundação Renova é iniciar, de imediato, o cadastramento das localidades que já se manifestaram, até 31/10.

b. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA (PIM)

A Fundação Renova começou a apresentação mostrando a discrepância entre os critérios preestabelecidos para a indenização e a realidade. Inicialmente, deveriam ser apresentados os comprovantes de residência, renda, entre outros. Porém, hoje sabe-se que a grande maioria não tem como comprovar tais critérios: seja porque estavam em situação de trabalho informal; seja porque perderam os comprovantes junto aos demais bens materiais perdidos no desastre; ou quaisquer outros motivos.

Atualmente, a fundação está priorizando indenizar imediatamente as pessoas que têm como comprovar renda, que são minoria. Com relação à maioria, solicita-se mais tempo para analisar cada caso.

Como a maior parte dos impactados são pescadores, é preciso olhar com especial atenção para esses trabalhadores. A Fundação Renova realizou um cruzamento entre o número de pessoas que se declaram “pescadoras”, aqueles que alegam possuir registro (RGP), e aqueles que de fato possuem, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como resultado, encontrou-se que apenas 1.530 trabalhadores possuem o registro, o que representa apenas 9,5%. Os membros da CTOS entendem que é muito mais fácil e viável indenizar quem tem meios de comprovação, mas os demais (90,5%) não podem esperar por muito mais tempo.

Foi sugerida a convocação de pescadores para encontrar uma solução viável. A DPU pontuou que título de eleitor; registro de profissão dos pais na escola; declaração na saúde; entidades de classe; podem ser pensados como meios de comprovação. A Prefeitura de Linhares complementou que RGP é praticamente inexistente no Brasil. Além disso, os membros colocaram a reflexão de que é preciso partir do pressuposto de que as pessoas estão falando a verdade, dado que o desastre dificulta bastante qualquer comprovação.

Alguns pescadores estão assinando acordos de antecipação de indenização. Contudo, ainda não está clara a data prevista para o recebimento.

Uma das falhas apontadas é que faltou uma equipe que entendesse de pesca no Cadastro Integrado.

O Governo Federal complementou que se a Fundação só aceitar RGP, estará sujeita a muitas ações judiciais.

Outro ponto levantado diz respeito aos artesãos e outros trabalhadores que dependiam do turismo local. Eles não estão sendo reconhecidos como profissionalmente impactados.

Paralelamente, especialistas em pesca estão construindo proposta de precificação para pescadores. O prazo é julho de 2017.

A Fundação solicitou dilação de prazo do PIM com base nesse contexto de dificuldade de comprovação. Com base no plano atual, o universo indenizável é de 75% de 14.000. A proposta, que deverá ser enviada até 19 de Julho, compreende uma intensificação das ações.

c. INFORMES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

Dentre os casos que têm chegado ao CREAS, os mais graves são os que envolvem idosos.

Assim, propõe-se que a Fundação Renova **construa e equipe** um Centro Dia do Idoso. Deve ter no mínimo 30 vagas. A Prefeitura já possui o espaço e já está em diálogo com a SNAS. Destaca-se que, além de ter aumentado o número de idosos procurando o CREAS em cerca de 70%, houve também o agravamento da situação de vulnerabilidade deles.

A Fundação Renova levou à reflexão se a solução seria, de fato, construir equipamentos, ou se haveria outras prioridades. A Prefeitura pontuou que diversas ações paralelas são necessárias, lembrando que as pessoas estão morando e trabalhando (quando possível) em locais muito diferentes do que estavam antes, em situação de violência muito mais elevada, entre outras situações de vulnerabilidade.

A Prefeitura também apontou que, na última pactuação com a Fundação Renova, em março deste ano, haviam sido estabelecidos diversos critérios para contratação de equipe. Porém, o que foi oferecido foi muito diferente: contratação por apenas dois meses, sem equiparação de salário com os demais técnicos, etc. O combinado havia sido R\$ 3.900,00 + abono, mas têm sido pagos R\$ 2.100,00 + abono. O município está lidando com um aumento bastante expressivo de demandas no CRAS e, ainda, precisa administrar essa falta de técnicos. A Fundação reconheceu que essa situação não é favorável para ninguém, e que se trata de uma situação provisória.

A insegurança da contratação está gerando um desgaste na ponta e prejudicando bastante o trabalho. Não se trata apenas de equipe incompleta, mas também de problemas que estão se multiplicando.

Fora o número de pessoas, tempo de contratação e salário, ainda há a burocracia. Por exemplo, a homologação dos colaboradores será no Espírito Santo, e não em Ouro Preto. A situação está bastante frágil para eles. A Fundação diz que reconhece, pede desculpas, mas se compromete a viabilizar logo o contrato de trabalho de 18 meses.

O Município permanecerá em contato com a Proteção Social Básica do Ministério do Desenvolvimento Social, que promoverá um encontro e posteriores encaminhamentos alinhados com a Fundação.

d. PROGRAMA DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

A Fundação Renova apresentou o status dos pagamentos de auxílios emergenciais. Atualmente, há 8.185 cartões ativos, sendo 19.672 pessoas assistidas, entre titulares e dependentes. Em casos de casais

considerados impactados, o valor referente aos dependentes tem sido creditado no cartão da mãe.

Questionada a respeito dos possíveis cancelamentos de pagamentos, a Fundação respondeu que tem recebido diversas denúncias de pessoas que estão recebendo indevidamente. Assim, os casos estão sendo apurados para que nenhuma injustiça seja cometida. Por exemplo, quando a pessoa retorna ao mercado de trabalho, está sendo estudada a possibilidade de diminuir o benefício aos poucos, em vez de retirá-lo de uma vez. A questão ainda não está decidida.

e. PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

A Fundação Renova apresentou a prévia do programa de assistência aos animais, que até agora constitui em: 230 restituições de animais aos tutores; 330 animais assistidos em propriedades externas; 258 animais sob guarda da Fundação; 7 eventos de adoção, onde foram adotados 122 animais; e 210 animais castrados.

O programa começou logo após o desastre. Envolve resgate de animais; acordo com o MPF para alinhar pontos acerca da assistência aos animais; feiras de adoção; assistência aos animais já adotados; entre outras ações.

Observa-se que a adoção não é um fim em si mesmo, uma vez que há um acompanhamento dentro de 6 meses, por meio de visita mensal por um profissional veterinário. Quanto aos animais cadastrados, essa é uma etapa prévia à adoção: trata-se dos cuidados com os animais, castração, vermifugação, entre outros.

Com relação aos peixes, ainda não há ações estruturadas para recuperação dos mesmos.

O projeto da Fundação Renova visa à esterilização de cerca de 18 mil animais, além da conscientização sobre posse de animais. Serão abrangidos 41 municípios atingidos pela barragem de Fundão, num prazo de 27 meses. O custo médio por animal será de R\$ 234,00, totalizando R\$ 4,2 milhões. O projeto terá uma duração de dois anos, em parceria com a ONG Castra Móvel do Bem. A Fundação deverá enviar uma planilha orçamentária justificando a escolha da ONG, com prazo até 17/07.

Sobre os atendimentos, os membros da CTOS questionaram como serão divididos, tendo em vista que a Fundação citou que a maior parte dos 18 mil animais serão de Mariana. Contudo, há outros 40 municípios com previsão de atendimento. Tal assunto deverá ser retomado na próxima reunião.

e. INFORMES DA ERNST & YOUNG

Com relação ao Programa de Cadastro Integrado, há 8 lotes já validados.

Com relação aos procedimentos da auditoria, foram desenhados os seguintes procedimentos:

1. Entendimento do processo de cadastramento;
2. Análise da coerência e integridade da base de dados entregue;

3. Confronto entre o cadastro integrado e os beneficiários dos demais programas previstos no TTAC;
4. Teste Amostral dos Cadastros de Pessoas Físicas;
5. Teste Amostral dos Cadastros de Pessoas Jurídicas;
6. Teste Amostral para os Cadastros Não Elegíveis;
7. Teste Amostral para os Solicitantes Não Localizados.

A partir do momento em que a Renova apresentar a proposta à CTOS e ao CIF, será possível adiantar o trabalho e fazer a avaliação da base dados.

f. PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Fundação Renova iniciou a fala resgatando os informes do Município de Mariana. A proposta do Centro Dia já vem sendo apresentada, e ela ressalta que, ao olharmos para o TTAC, observa-se que é uma abordagem de atendimento de um público específico, somente durante o dia. De todo modo, é algo que deve ser discutido a partir da ótica da Política de Assistência Social.

O protocolo da TTAC diz que é preciso adequar o atendimento a partir da realidade. Assim, é preciso mensurar a situação dos idosos de Mariana para saber se está adequado. Além disso, é preciso saber se essa demanda fica melhor alocada em “Proteção Social” ou em “Compensação”, tendo em vista que o aumento da vulnerabilidade social das pessoas idosas é uma externalidade decorrente do desastre.

Com relação aos planos que serão apresentados pela Fundação Renova, a proposta é reunirem-se com os municípios afetados, pactuar o que é preciso para cada realidade e, ao final do ano, apresentar à CTOS e ao CIF. A Fundação pretende trazer a proposta até dezembro, para começar a atuar em fevereiro de 2018.

Deixa-se como encaminhamento tomar a decisão sobre os 10 municípios. Haverá conversa entre a Renova e a SNAS, nas próximas semanas, para fechar as oficinas que foram ofertadas para 40 municípios e 10 não compareceram. Mariana e Barra Longa são os únicos onde já há consenso, pois está determinado no TTAC. Neste momento, é preciso acertar o que será feito nos demais, e para isso há a ajuda da consultoria também. É preciso decidir quais intervenções serão (ou continuarão sendo) feitas.

A Fundação chama a atenção, também, à responsabilidade governamental, ressaltando que cabe à Fundação fazer tudo o que não for função governamental.

A Fundação reforça que é preciso filtrar as manifestações, tanto no sentido de identificar quais denúncias são pertinentes, quanto no sentido de apurar se os pleitos são válidos.

Além das hipóteses e situações colocadas, é preciso chegar a um acordo comum, estabelecendo pontos focais, levantando a sério as questões colocadas por cada manifestante. Alguns membros da CTOS insistem no auxílio financeiro emergencial, reforçando que, apesar dos imbróglios burocráticos, há pessoas passando fome, sem entender por que não receberam nada há dois anos. Há relatos de redes de ajuda comunitária nas

quais as pessoas estão se ajudando para não passarem fome, mas a situação é muito difícil, e muito diferente do que elas viviam antes do desastre. Adiciona-se que, em alguns locais, a situação está extremamente complicada devido ao desastre, não sendo possível esperar mais tempo.

É preciso ter cuidado, também, para não expor os(as) usuários(as) quando da quantificação dos danos, sendo preciso pactuar de que forma esta se dará para levar em consideração o aspecto humano do problema causado pelo desastre.

Um paradoxo é que o Cadastro Único dá preferência ao cadastro das mulheres, e sabe-se que é possível que haja omissão da renda do marido no momento do cadastro.

A CTOS foi surpreendida quando notou que não havia cadastro de nenhum pescador artesanal de um determinado município, o que torna muito mais difícil validar essa parcela da população como um grupo de relevância para indenização.

IV. Encaminhamentos

FUNDAÇÃO RENOVA:

CADASTRO

- Enviar à Coordenação da CTOS detalhamento do universo de cadastros duplicados, com a verificação de serem famílias co-residentes e enviar informações sobre a caracterização dos cadastros inválidos;

- Enviar à Coordenação da CTOS os dados sobre os não localizados para encaminhamento à SETADES/ES, SEDESE/MG e Defensoria Pública da União para que órgãos verifiquem se podem auxiliar na localização;

- Verificar nos registros do 0800 se há casos de pessoas que foram consideradas inelegíveis, mas que residem nas novas áreas abrangidas pela Deliberação CIF nº 58/2017 com vistas a cadastrá-las;

- Enviar à Coordenação da CTOS proposta e cronograma de cadastramento de novas áreas em cumprimento à Deliberação CIF nº 58/2017.

Prazo: até 17/07/2017

INDENIZAÇÃO

- Enviar à Coordenação da CTOS Plano que fundamente a extensão de prazo do PIM: universo de pessoas que serão indenizadas, etapas, categorias de trabalhadores, cronograma, metas intermediárias, ações para intensificação do processo.

Prazo: até 19/07/2017

ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

- Enviar o projeto de esterilização de animais, incluindo planilha orçamentária, valor por castração, justificativa da escolha da ONG.

Prazo: até 17/07/2017

COORDENAÇÃO CTOS:

- Apresentar ao CIF Nota Técnica e proposta de Deliberação com o cronograma da segunda campanha do Cadastro Integrado;
- Apresentar ao CIF Nota Técnica e proposta de Deliberação sobre o descumprimento da Deliberação CIF nº 58/2017 e prazos propostos pela Fundação Renova para cadastro em novas áreas;
- Apresentar ao CIF Nota Técnica e proposta de Deliberação sobre a solicitação da Fundação Renova de extensão de prazo para o Programa de Indenização Mediada;
- Apresentar ao CIF Nota Técnica e proposta de Deliberação sobre o Projeto de esterilização de cães e gatos nos municípios atingidos em MG e ES;
- Apresentar ao CIF Nota Técnica e proposta de Deliberação sobre processo para auditoria do Programa de Cadastro Integrado pela Ernst & Young;
- Consultar SEDESE/MG sobre realização de oficinas de Proteção Social com os 10 municípios que não participaram anteriormente;
- Enviar convite ao MDIC para participação na CTOS, já que a Secretaria de Aquicultura e Pesca foi transferida para o órgão.

CASA CIVIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

- Repassar ao MDS, para análise e validação, os lotes 009 a 013 do Cadastro Integrado entregues pela Fundação Renova.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO:

- Disponibilizar listas de pessoas de contato nas comunidades impactadas.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/MDS:

- Debater com a Fundação Renova o formato (escopo) do Programa de Proteção Social.

MEMBROS DA CTOS:

- Enviar à Coordenação da CTOS confirmação de membros titulares e suplentes da Câmara.

SETADES/ES:

- Enviar à Fundação Renova c/c para a Coordenação da CTOS a relação de pescadores impactados que não estão recebendo Auxílio Financeiro Emergencial.

SEDESE/MG e SETADES/ES:

- Apresentarem à Fundação Renova c/c para a Coordenação da CTOS demandas emergenciais de que tenham ciência e que possam ser implementadas de imediato, no âmbito do Programa de Proteção Social, antes da estruturação dos Planos de Ação municipais;
- Entrarem em contato com os municípios que participaram das Oficinas e solicitar ponto-focal para o Programa de Proteção Social.